Teoria Geral do Direito Civil I (Turma A)

Exame – 25 de Janeiro de 2022

I

Acompanhamento de A: artigos 138, 139, 140/2 e 145/1 CC

Discutir a “legitimidade” do primo de A, E, para requer o acompanhamento. artigo 141. As pessoas referidas no n.º 1 do artigo 141 e a possibilidade de um suprimento judicial da autorização do beneficiário. Quem pode ser acompanhante: art. 143/1 e 2.

Três actos realizados no dia de aniversário de A. Discutir a relevância dos intervalos lúcidos no âmbito do acompanhamento de maiores. Análise do artigo 154/3 CC, por igualdade ou maioria de razão. Primeiro acto: provável falta de lucidez atendendo a que A conhecia B há menos de 24 horas; segundo acto: A encontrava-se lúcido, discutir a validade do acto, que não é forçosamente posta em questão pelo facto de a venda ter sido feita com um desconto apreciável. Terceiro acto: discutir o sentido de “deslocação no país e no estrangeiro” (art. 147/2), que aparenta não se confundir com o negócio jurídico necessário para concretização da viagem.

Liberdade de fixação judicial da medida de acompanhamento (art. 145/2). Arrendamento posterior ao registo do acompanhamento: art. 154/1/a). É necessário, todavia, tomar também em consideração o art. 145/3, que se refere a actos de disposição, e concluir se o arrendamento pelo prazo de 10 anos se subsume ou não num acto de disposição (artigo 1024: administração ordinária e extraordinária).

E-mail: conjugação dos artigos 75 e 78; textualmente apenas respeitam às cartas-missivas. Discussão da confidencialidade do conteúdo transmitido e respectivo regime, sem esquecer que se curava também do estado de saúde de um terceiro (A).

II

a) Noção de expectativa jurídica. Exemplificação. A tese que subsume a expectativa jurídica em verdadeiro direito subjectivo, ainda que intercalar, ou (n)uma tutela meramente processual. Os problemas de regime, mormente discutindo a extensão/sentido da expressão “violação de direito” plasmada no artigo 483 CC. A expectativa jurídica assente em conceito indeterminados, mormente a boa-fé.

b) A doutrina dos direitos sem sujeito ou das relações jurídicas imperfeitas A ideia de uma situação jurídica, *maxime* relação jurídica, em que falta um dos sujeitos, o que sucede a título provisório, mantendo-se assim durante esse período até assumir novo titular (C Mendes). A superação ou preferência por fórmulas mais aperfeiçoadas de explicação da realidade prevista no art. 66/2 CC. Alusão, por exemplo, à ideia de condição (legal).

c) O património é devolvido no *estado em que se encontrar*: não há bens directamente sub-rogados, preço dos bens alienados ou bens adquiridos mediante o preço dos alienados: o caso é de doação (art. 940 CC).

Cotações: I (13 valores); II (3 valores cada); Apreciação global (1 valor).